

TRIBUTOS

Verba para pagamento do

BRASILIA — O Presidente Figueiredo encaminhou ontem ao Congresso Nacional projeto de lei que altera o orçamento da União para este ano e abre um crédito adicional de Cr\$ 7,13 trilhões, por conta do aumento de 47 por cento na arrecadação tributária. O projeto destina mais Cr\$ 2,606 trilhões para o pagamento de salários e encargos sociais do funcionalismo público. Com este reforço financeiro, as despesas com pessoal em 1984 passarão de Cr\$ 4,824 trilhões para Cr\$ 7,429 trilhões, uma elevação de 54 por cento.

O Secretário de Planejamento do Ministério do Planejamento, José Augusto Arantes Savasini, justificou a nova verba para o pagamento do funcionalismo, lembrando que, na época em que o orçamento da União foi elaborado, em agosto do ano passado, não se sabia ainda como seria o reajuste salarial da categoria.

Do total do crédito adicional, o Presidente da República destinou Cr\$ 77 bilhões para a compra de ações do Projeto Jari pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Outros Cr\$ 1,124 trilhão foram destinados ao resgate de dívidas inter-

nas e externas, dos órgãos da administração direta e indireta e das funções instituídas pelo poder público. A maior parte desses recursos será para pagar dívidas das empresas do Ministério dos Transportes (Cr\$ 866,9 bilhões), principalmente as da Rede Ferroviária Federal.

A reserva de contingência (usada para o aumento salarial do funcionalismo e calamidades) foi acrescida de Cr\$ 637 bilhões, passando para Cr\$ 3,549 trilhões. O projeto encaminhado por Figueiredo ao Congresso aumenta em mais Cr\$ 1,116 trilhão as transferências fiscais para o orçamento monetário que antes estavam estimadas em Cr\$ 1,883 trilhão. Desta forma, as transferências já definidas para o Banco do Brasil e o Banco Central (destinadas a cobrir subsídios) atingem cerca de Cr\$ 3 trilhões.

O Presidente Figueiredo assinou decreto-lei ontem revogando o decreto-lei 2.099, de dezembro do ano passado, que estabeleceu um corte de 12 por cento em algumas das despesas do orçamento da União para 84. Esta redução foi avaliada pelo Governo em Cr\$ 350 bilhões.

funcionalismo aumenta 54%